

Ata número treze

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2023 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Hugo Miguel Fernandes Morão em substituição de Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Secretário da Junta de Freguesia de Inguias, António Júlio Sousa Correia em substituição de Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

- 1- 1º Período de Intervenção do Público
- 2- Período Antes da Ordem do Dia
- 3- Período da Ordem do Dia
 - 3.1- Apreciação e votação da ata da Sessão anterior
 - 3.2- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município
 - 3.3- Apreciação e votação das Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Belmonte 2022
 - 3.4- Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP'S e Orçamento 2023
 - 3.5- Apreciação e votação da Revisão do Plano de Saneamento Financeiro
- 4- 2º Período de Intervenção do Público

1 - Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público e passou a palavra ao Múncipe interessado.

Existiu apenas uma inscrição.

O Múncipe Senhor Olivier Borrego Soares, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Cumprimento desde já todos os membros da Assembleia Municipal, Executivo do Município de Belmonte e público aqui presente.

Todas as associações do nosso concelho contam, e devem contar com o apoio das autarquias, designadamente das nossas Juntas de Freguesia e da nossa Câmara Municipal. Só com o apoio das autarquias julgo ser possível desenvolver atividades ao longo do ano que se repercutam de forma positiva na vivência social das nossas populações, assim, contribuindo para a sua realização pessoal e identificação com a coletividade e inserção na comunidade.

Importa realçar e enaltecer as atividades desenvolvidas no nosso concelho pelas numerosas coletividades apoiadas pelas nossas autarquias, as quais as referenciam como autarquias de iniciativa e participação das suas populações e assim as dignificam.

Porem, importa que as atividades desenvolvidas pelos seus promotores sejam de forma legal, séria e objetiva.

Ora, é do meu conhecimento direto que uma coletividade do nosso Concelho, concretamente o Centro Cultural e Recreativo de Malpique, não pauta as iniciativas que desenvolve por critérios de legalidade estatutária, por quanto:

1. Não convocação de reuniões obrigatórias mensais para os membros da direção até a Assembleia Geral Ordinária de 22/01/2023

2. *Apresentação de um plano de atividades para 2023 e relatório de contas de 2022 em Assembleia Geral Ordinária sem o conhecimento e votação de todos os membros efetivos da direção, devido a não convocação para as reuniões obrigatórias mensais desde 29\08\2022 o que torna o mesmo plano de atividades e o relatório de conta irregulares.*

3. *Reestruturação da direção irregular com destituição de um membro efetivo da direção com o motivo de “não participar nas atividades”.*

4. *Preenchimento de vaga da direção por sócio que não integrou a lista candidata à direção do CCR de Malpique antes por convite direto da presidente da direção em detrimento de elemento da lista eleita, o que é totalmente ilegal.*

5. *Convocação irregular a nível estatutário de Assembleia Geral Ordinária para o dia 22/01/2023.*

Donde, se pode concluir que, a direção do CCR de Malpique, o plano de atividades de 2023, o relatório de contas de 2022, estão irregulares por incumprimento estatutários e violação da Lei desde 22/01/2023.

Bem sei, todos sabemos, que as coletividades têm regras próprias para o desenvolvimento do objeto social que consta dos estatutos, mas também sei, todos sabemos, que não é correto, nem aceitável, moralmente e legalmente, em conhecimento de causa, apoiar, financeiramente ou por qualquer outro apoio, material, administrativo, etc... entidades ou coletividades que não cumpram os estatutos e a Lei, e assim impeçam o exercício de direito pelos seus sócios, trazendo também uma imagem negativa para o nosso concelho.

Ao presidente da Assembleia Geral e á Presidente da direção do CCR Malpique, a Sra. Eng^a Olga Gonçalves, foram pedidos, 6 emails, 2 correios, 1 correio registado, foram solicitados por diversas vezes, informação, pedidos de documentação, prova documental das suas decisões, foram confrontados com as irregularidades e ilegalidades cometidas da responsabilidade de ambos ao longo dos últimos 5 meses. Mas, pasmem-se, nenhuma resposta, nem nenhuma retificação foram promovidas, o que é um desrespeito total para o sócio e para a comunidade que em nada a dignificam.

Para uma situação de tão fácil resolução, perante a ausência de respostas e restabelecimento da legalidade, é uma vergonha para os Presidentes da direção e assembleia geral ter chegado ao ponto de ter que tornar pública a situação da associação e ter que envolver as nossas autarquias locais para que tenham conhecimento da situação e em face disto sejam cuidadosas e criteriosas na atribuição de apoios.

O presente assunto é do conhecimento dos órgãos autárquicos da freguesia de Caria tendo já a Junta de freguesia de Caria tomado as decisões adequadas.

Noto que está presente, na presente sessão da Assembleia Municipal, os responsáveis de comunicação social, radiofónica e escrita, que cumprimento, esperando que, a informação que transmitam para o publico, contribua para o reforço da vivencia

democrática e o seja de forma séria e objetiva e não de omissão de informação como nalguns casos ocorre.

Para terminar, assim é meu entendimento que o executivo do município de Belmonte deve considerar o exposto na atribuição de qualquer tipo de apoios às coletividades do nosso Concelho.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, tendo em conta que não havia mais pedidos de intervenção de Municípes, se iria dar continuidade à Sessão da Assembleia Municipal.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que o Técnico Municipal Senhor José Figueiredo, não iria estar presente na Sessão de Assembleia Municipal, uma vez que se encontrava internado. Tendo assim, desejado as suas melhoras.

Proseguiu mencionando que nos termos do artigo 23º da alínea b) do Regimento da Assembleia Municipal, saudava os organizadores de alguns eventos ocorridos nos meses de maio e de junho no Concelho de Belmonte, pois de uma forma muito viva tinham trazido a Belmonte muita gente, pelo que estavam todos de parabéns.

Aludiu que poderiam ter ocorrido outros eventos. Contudo tinham sido estes que o próprio tinha destacado, dando como exemplos:

- 32º Campeonato da Liga Portuguesa de Karaté em Caria;*
- Trail dos Descobrimentos em Belmonte;*
- 8ª Edição da Feira do Pão no Colmeal da Torre;*
- Torneio Vera Cruz em Belmonte;*
- Marchas Populares em Belmonte;*
- Marchas Populares em Caria;*
- III Feira da Saúde e Desporto em Belmonte;*
- Estágio da Seleção Nacional de São Tomé e Príncipe em Belmonte;*
- 27º Torneio Lopes da Silva, organizado pela Federação Portuguesa de Futebol, com o apoio das Câmaras Municipais de Belmonte, Covilhã, Guarda, Celorico da Beira e Fornos.*

Tendo saudado os que tinham organizado os eventos, assim como também aqueles que tinham participado e os que tinham participado como simples assistentes.

Para terminar, propôs um Voto de Louvor à Cariense Ana Caramelo, por se ter sagrado Campeã Nacional de Contrarrelógio na categoria de Elite Feminina nos Campeonatos Nacionais de Estrada. Asseverou que era mais um feito, uma vez que não era todos os dias que se tinha uma Campeã Nacional.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente mencionou que o Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Deputado Luís António iria para além do que tinha sido combinado na reunião da Comissão Permanente em que as Moções e os Votos de Louvor deveriam ser antecipadamente remetidos à Mesa de Assembleia Municipal e posteriormente esta remetê-los-ia aos Grupos Parlamentares, para que estes antecipadamente soubessem o que iriam votar. Pois caso não se cumprisse com o decidido na reunião da Comissão Permanente não valeria a pena a mesma reunir.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e referiu que na sua opinião era um Voto de Louvor que todos subscreveriam, contudo poderia haver quem estivesse contra este tipo de votos.

Disse que, no seu entendimento, o assunto em questão não merecia estudos profundos, nem era polémico, contudo se achassem que era poderiam deixar o Voto de Louvor para a próxima Sessão de Assembleia Municipal, que não tinha nada contra.

Adiantou que na última reunião da Comissão Permanente tinha ficado acordado que seria feito dessa maneira o envio das Moções, no entanto poderia essa informação não ter chegado no devido tempo ao autor da proposta.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), retomou a palavra e aludiu que não tinha nada contra o Voto de Louvor, assim como também ninguém tinha, contudo entendiam que deveria ser respeitado aquilo que a Comissão Permanente tinha decidido e que decerto também tinha sido transmitido aos Grupos Parlamentares.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que tinha estado presente na reunião de Comissão Permanente e que tinha ficado com a ideia de que essa situação era apenas para as Moções, pois o que estava a ser apresentado era uma saudação a uma atleta local. Até porque também trazia uma saudação a essa atleta local.

A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e referiu que à parte de terem combinado também tinha ficado entendido que tanto poderia ser as Moções como os Votos de Louvor, contudo tinha ficado combinado que na eventualidade e na impossibilidade de se fazer chegar o assunto atempadamente a todos os Deputados,

poder-se-ia suspender a Sessão por um ou dois minutos e que essa situação não vinha ao caso.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retomou a palavra e referiu que o que realmente se tinha conversado na reunião de Comissão Permanente era que as Moções que merecessem algumas considerações por parte dos outros Grupos parlamentares se poderia arranjar forma de as consensualizar. Pedia desculpa se não se tinha feito entender.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e aludiu que o executivo da Câmara Municipal de Belmonte, também subscrevia esse Voto de Louvor.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do Voto de Louvor à atleta Ana Caramelo através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que o Voto de Louvor à atleta Ana Caramelo foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.*

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos.

Gostaria antes de tudo, esclarecer um assunto que por vezes me parece esquecido.

De acordo com a lei, o papel do executivo é o de governar o município, tendo em conta o interesse público e a resolução das necessidades dos munícipes.

Quanto aos eleitos para o órgão, Assembleia Municipal, cabe-nos fiscalizar a atividade do executivo e na qualidade de cidadãos livres e responsáveis, independentemente da bancada à qual estamos ligados, cabe-nos defender com todos os nossos meios, a população, o território e aferir se as políticas do executivo estão a ir ao encontro das suas necessidades.

Relembro que decisões ilegais ou que violem regras básicas, ou não, de assuntos que detetamos e não denunciámos ou alertámos, poderão no futuro responsabilizar-nos criminal e politicamente.

Meus senhores, estar nesta sala a defender os interesses da nossa população é um assunto sério e que deverá ser estudado de forma ativa e fundamentada, sob pena de não estarmos a cumprir com rigor e independência a missão que nos foi confiada pelos eleitores.

Posto isto, tenho a obrigação de referir o seguinte:

A minha intervenção tem como objetivo alertar o executivo para a resolução de alguns dos muitos problemas por resolver no nosso município e que parecem estar esquecidos pelo Executivo Municipal.

A nossa bancada tem vindo a dar voz aos nossos munícipes por via de problemas detetados cuja resolução tarda em chegar e que não poderão deixar de ser resolvidos por alegada falta de verba.

Ambiente:

Levantámos a questão na sessão anterior desta assembleia e alertámos para o lançamento de esgotos a céu aberto que acontece no nosso território e que acontecia também na época medieval e até ao momento nada foi resolvido.

Com o calor que aí está e que irá certamente continuar, os cheiros nauseabundos proliferam pelo nosso Concelho, como é a título de exemplo a estação elevatória que se encontra perto da estação de caminho de ferro Belmonte-Manteigas que nunca funcionou por não haver ligação à ETAR de Caria.

Outra situação é que parte dos esgotos de Belmonte correm a céu aberto, sem qualquer tratamento para as linhas de água.

Os nossos munícipes pretendem saber o que foi feito para a resolução destes problemas.

Relembro que o Senhor Presidente do Executivo referiu na última sessão que a administração da empresa havia mudado e que iria recolocar a questão em cima da mesa.

Pretendemos saber o que foi feito e qual o ponto de situação?

Incêndios florestais:

Também já referido por nós na última sessão foi o alerta pela Prevenção dos Incêndios no nosso Concelho. As temperaturas elevadas já aí estão e avizinha-se um verão quente e um trabalho intenso em termos de resposta aos incêndios, já que na prevenção nada está a ser feito.

Senão vejamos o estado em que estão as nossas vias, ladeadas de matos altos e secos, que são autênticas ignições que promovem o avanço dos fogos e na maioria das vias, senão em todas, até já ultrapassam a altura dos sinais e nalguns casos estes já não se vêem.

Para quando a limpeza das margens das vias?

Rede Viária

Embora já aqui referido por várias vezes, a rede viária já atingiu o limite da sua vida útil e a desculpa da falta de verba, não é mais do que isso, pois os assuntos urgentes para resolver têm de ser priorizados por quem de direito.

Convido o Senhor Presidente do Executivo a transitar nas nossas estradas e verificar a insegurança das mesmas, quer em termos de sinalização, quer em termos de segurança oferecida pelo piso.

Apenas a título de exemplo, faça uma viagem no seu carro desde Maçainhas até às Olas e verá que o desleixo a que deixámos chegar as nossas vias é preocupante. Neste local as valetas por limpar conduziram as águas pluviais para a estrada e destruíram completamente o piso.

Outro exemplo é a entrada para a estação em Malpique, que apresenta avançado estado de degradação.

Relembro que estes locais são apenas a ponta do iceberg.

Conclusão

Quero aqui lembrar que as situações que aqui trazemos não têm como intenção denegrir a imagem do atual Executivo, que foi eleito para resolver os problemas do Município e cuja obrigação é resolver e não arranjar desculpas que para nada servem.

Fomos eleitos para fiscalizar e é que faremos, no entanto para os assuntos que aqui referi temos soluções para a sua resolução que resolveríamos caso tivéssemos sido eleitos para isso.”

A Senhora Deputada, Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Declaração Política sobre a realização das Jornadas Parlamentares do PCP no nosso Distrito

Nos passados dias 19 e 20 de Junho, decorreram na nossa região, com sede na cidade da Covilhã, as Jornadas Parlamentares do PCP, partido que integra a CDU, subordinadas à problemática da Serra da Estrela.

Apesar do PCP e da CDU, não ter nenhum deputado eleito por C. Branco, não é a primeira vez que o PCP dedica particular atenção à região.

Com a realização das Jornadas Parlamentares quis, o PCP, reafirmar o seu empenho na luta constante pelo combate à interioridade e às profundas assimetrias que subsistem, apesar de sucessivas promessas e compromissos governamentais.

Por exemplo, já em Fevereiro de 1997, a Assembleia da República aprovou, por proposta do PCP, e apenas com abstenção do Partido Socialista, uma resolução "Em defesa da criação de um Plano de Desenvolvimento para o Distrito de Castelo Branco".

Aí se defendia a "adoção de um programa orientado para a modernização e diversificação do tecido produtivo e para a mobilização do investimento público e privado" para a nossa região.

Passados mais de 25 anos, os resultados são conhecidos. O nosso distrito perdeu, entre 2011 e 2021, mais de 18 mil habitantes.

As visitas efetuadas à União de Sindicatos, Empresas, Direções de Baldios, produtores pecuários, Associações de defesa da Serra da Estrela, Bombeiros, Parque Natural Serra da Estrela, Estabelecimentos de Ensino Secundário e Ensino Superior, Unidades de Saúde, o contacto com as populações afetadas pelos incêndios, permitiram confirmar os inúmeros e graves problemas e desafios que atingem a região bem como a

ausência de uma política integrada de desenvolvimento que conduza à diversificação da economia, à valorização do trabalho, ao pleno aproveitamento das imensas capacidades e potencialidades existentes.

Com efeito, entre a propaganda governamental e a realidade vai uma enorme distância: os apoios prometidos às populações afetadas pelos incêndios de 2022, além de insuficientes, não foram ainda pagos; o Parque Natural da Serra da Estrela continua sem os meios humanos e financeiros adequados; os baldios confrontam-se com a atitude persecutória e sancionatória do Parque Natural; os Bombeiros necessitam de mais apoios; as empresas sinalizam a burocracia, as portagens na Ex SCUT, como elevados custos de contexto; os baixos salários, a precariedade, a exploração de mão-de-obra imigrante e o ataque aos direitos laborais continuam; a UBI continua subfinanciada em cerca de 9 milhões de euros; a Escola Pública e os seus profissionais continuam a ser desrespeitados e desvalorizados; o SNS vive uma das piores crises.

Foi neste quadro, e após dois dias de intenso trabalho, que os deputados do PCP anunciaram a apresentação de diversas iniciativas e projetos da maior importância pelo contributo que dão, assim fossem aprovados, para a resolução dos nossos muitos problemas:

- Um Projeto de Lei que atualiza as medidas de proteção aos trabalhadores que utilizam equipamentos com visor.

- Uma iniciativa legislativa para a revogação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, reconstituindo as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, garantindo a manutenção dos seus núcleos de atendimento e restabelecendo os serviços de proximidade junto dos agricultores.

- Um projeto de Resolução para que o Governo desenvolva uma estratégia de valorização da lã nacional e particularmente a proveniente de raças autóctones, em articulação com a valorização do leite e queijo de ovelha, envolvendo as estruturas representativas dos produtores.

- Uma audição com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática para se conhecer o planeamento e o estado de concretização do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) e para obter esclarecimentos quanto à execução da medida inscrita no OE2023, por proposta do PCP, relativa à atualização do estado e dos planos de ordenamento das áreas protegidas.

- Um projeto de lei para a elaboração e concretização de um programa de identificação, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras e outras pragas nas áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

- Um projeto de resolução para uma nova política de proteção civil.

- Uma audição urgente com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o objetivo de avaliar e combater a precariedade neste sector.

- Ontem, dia 28, o PCP realizou uma Interpelação ao Governo, centrada no agravamento das condições de vida, no combate às desigualdades e injustiças sociais, e

na degradação do acesso a serviços públicos que asseguram o cumprimento de direitos fundamentais.

Foram ainda abordadas outras importantes questões para a nossa região, como a falta de cobertura territorial em comunicações móveis, o acesso à rede de banda larga fixa, outro exemplo flagrante, que decorre do facto de os grupos económicos apenas investirem na procura que lhes garante o retorno desejado, mantendo assim mais de 450 mil habitações do país excluídas desse acesso.

A “solução” do Governo passa por canalizar centenas de milhões de euros de fundos públicos para um setor onde são gerados 3,78 mil milhões de receitas anuais – opção essa que o PCP irá confrontar e questionar, a par de outras questões que afetam a população, de que é também exemplo a falta de desenvolvimento da oferta de Televisão Digital Terrestre.

Também o sector da Saúde foi alvo de análise, em que são cada vez mais frequentes as notícias de dificuldades de funcionamento dos serviços no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, mais recentemente na urgência e no serviço de obstetrícia, invariavelmente relacionados com a falta de pessoal, enquanto se regista o avanço dos grandes grupos económicos do sector, em particular na Covilhã, como o novo hospital privado da CUF, que é do grupo Melo, a quem foi oferecido o INATEL.

Igualmente, da maior importância, são as questões da mobilidade e das acessibilidades, que condicionam o desenvolvimento económico, exigindo-se por isso o reforço dos transportes coletivos, e o reforço do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes), a conclusão e modernização do IC6, IC7, o IC31, IC37, o fim das portagens.

A modernização do Regadio da Cova da Beira foi igualmente sublinhada como fator decisivo para o desenvolvimento.

A extensão e gravidade dos problemas que a região de C. Branco e Guarda enfrentam, exigem a adoção de uma política que avance com investimento público e apoio à produção nacional, apoio à agricultura familiar e às MPME (micro pequenas médias empresas), assim como é necessário um processo sério de descentralização, inseparável da criação das regiões administrativas.

Só valorizando quem trabalha, valorizando as funções sociais do Estado e os serviços públicos será possível combater as assimetrias sociais e regionais.

Como sempre e desde sempre, os eleitos da CDU e do PCP cá estarão para dar voz aos problemas e anseios de quem aqui vive e trabalha, para que se façam ouvir com nitidez na Assembleia da República. E cá estaremos também, de acordo com os nossos compromissos eleitorais e orientações políticas, para propor, intervir e lutar por um concelho e uma região melhores.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes,

Trago 5 assuntos que é urgente fazer uma avaliação profunda e serem tomadas as devidas medidas para resolução do problema:

1 - Estrada das Ferrarias, ligação Monte do Bispo e Peraboa

Esta estrada encontra-se completamente danificada, havendo troços completamente cheios de buracos. É urgente ir ao terreno fazer um levantamento da situação, e tomar as devidas medidas. Caso não haja possibilidade de substituição do piso na sua extensão total, no mínimo refazer a estrada por troços, cortando e tapando os buracos.

Há um grande descontentamento da população pois a estrada começa a estar quase intransitável.

Devido ao mau estado do piso também faz com que as valetas se comecem a degradar, sendo impossível fazer a manutenção

2 - Estrada de acesso a Malpique

À semelhança da estrada do Monte do Bispo também esta se encontra completamente degradada, sendo necessária urgente resolução.

Foi-me indicado há alguns meses atrás que a mesma se encontrava já adjudicada, pretendo saber qual o ponto de situação.

Também a sinalização é quase inexistente, e tem de ser toda repensada e colocada.

Malpique tem uma localização estratégica para o Concelho de Belmonte, devemos apostar forte em criar melhores condições de acesso, resolver o problema de sinalética, alargamento da rua principal no centro e criar passeios na estrada de acesso. Para o qual iremos apresentar a solução de demolição de uma habitação para alargamento da rua.

3 - Valetas na Estrada de acesso a Malpique

Para além da estrada também as valetas estão completamente destruídas devido aos sucessivos rebentamentos da conduta, o que provoca um agravamento na degradação do piso, e lençóis de água que podem vir a provocar um acidente 2

4 - Rebentamento de conduta de água

Sucessivamente acontecem rebentamentos da conduta de água em Malpique e estação de Caria. No espaço de 15 dias rebentou 4 vezes.

Para além do desperdício de água, que nos dias que correm é cada vez mais um bem essencial, é o custo astronómico na reparação da conduta, envolvendo material e meios.

Também a degradação das valetas deve-se a estes sucessivos rebentamentos, pois têm de ser destruídas para reparação da conduta.

Compromete-se a Junta de Freguesia em oferecer a totalidade da conduta principal em PEAD 75/PN10 para poder ser substituída a conduta existente de

alimentação de água para Malpique desde a linha do comboio até ao ramal no largo junto à Capela.

Para além disso oferece também o serviço de retroescavadora para abertura da vala. É uma necessidade urgente para a população de Malpique, assim como uma economia de água para o Concelho.

Cabendo à Câmara Municipal a coordenação dos trabalhos, distribuição/colocação da conduta, ligações às habitações e refazer as valetas. Que em alternativa proponho a construção de passeios com canais de drenagem. Também cabe o fecho da vala e regularização/compactação do material sobranete.

5 - Colocação de paralelos

Devido aos sucessivos rebentamentos também são retirados paralelos para reparação da conduta. Existem imensos locais que passam meses sem os mesmos serem colocados. Peço rápida e urgente resolução do problema e em situações futuras uma rápida intervenção.

Na última reunião com o Sr. ^o Presidente já tinha abordado alguns destes temas e o mesmo mostrou-se sensível e preocupado com estas questões, pelo que peço, se possível, que possa já ficar hoje acordada uma data para que os serviços Técnicos da Câmara se possam reunir com o Executivo da Junta de Freguesia já na próxima semana e possamos em conjunto ir ao local e fazer um relatório mais em pormenor da situação, e apresentar soluções.

A Junta de Freguesia está disponível a trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal para tentar resolver estes problemas graves e urgentes.

Aproveito também para fazer um pedido, pois a Junta de Freguesia também gostava que nos pudesse ser disponibilizada a antiga escola de Malpique para que a pudéssemos valorizar e poder desenvolver algum tipo de projeto.

Assim como a cedência do Centro de Saúde do Monte do Bispo, para o qual temos já uma associação que se pretende instalar.

E para terminar o pedido para uma parceria na criação de um espaço de manutenção/lazer em Malpique e que já fizemos chegar o esboço desse projeto ao Sr. ^o Presidente na passada semana.

Termino”.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores funcionários, Senhoras e Senhores jornalistas, caros concidadãos.

Esta semana ouvimos, na Rádio Caria, um Senhor Vereador dizer que não pediu para ser substituído na sua ausência de 4 meses, porque não se identifica com as ideias e a forma de pensar dos restantes eleitos do PSD. Sr. Vereador, muito obrigado por esse

esclarecimento aos cidadãos. Eu, particularmente, fico-lhe grato por essa separação, para que não reste nenhuma dúvida. Saiba que os cidadãos votaram nesta forma de pensar, na forma de pensar e de ver o concelho que esta bancada tem, e se o sr. não se identifica com estas ideias, que são as que o sr. prometeu desenvolver, facilmente se deduz quem está a incumprir os compromissos que assumiu com quem o elegeu.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a disponibilização de documentos para esta reunião na véspera, a menos de 24 horas, para além de violar o CPA, não permite aos deputados a análise e preparação adequada para o debate e decisão dos assuntos. Fica aqui o desafio de, se se voltar a repetir, retirar da ordem de trabalhos os assuntos para os quais não for disponibilizada informação atempadamente.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, foi-me dado conhecimento da seguinte situação. No âmbito do Projeto Empreender e Crescer nas Beiras II, uma parceria UBI-CIMBSE-NERGA, projeto este apoiado pela CCDRC, desenvolveu-se um concurso com objetivo de premiar as 5 melhores ideias de negócio, com 5.000€ cada uma. O concurso e o seu regulamento foi integralmente realizado por uma entidade externa (BTEN) às entidades parceiras.

Para a entrega dos prémios foram convidados os presidentes, ou os seus representantes, das câmaras municipais das CIMBSE. No caso de Belmonte, de acordo com o que a CIMBSE transmitiu, foram tentados diversos contactos para que alguém fosse entregar o prémio a um grupo de jovens que queria sedear a sua ideia em Belmonte, pois um dos elementos é de Belmonte.

Neste concurso os alunos: Beatriz Balula, Diana Pereira (natural de Belmonte), Telma Lopes, Gonçalo Almeida e Gonçalo Martins, ganharam o prémio na categoria “Melhor Ideia enquadrada em atividades com intensidade tecnológica”.

A entrega de prémio aconteceu dia 27/06, esta terça-feira, pelas 17h na FCSH-UBI.

Esta ideia surgiu do trabalho que no âmbito da unidade curricular Organização e gestão de empresas, responsabilidade pela docente Cristina Fernandes, também ela Belmontense.

Neste momento, e dada a recetividade que a ideia teve, pois há investidores interessados, o GAPI (Gabinete de Apoio a Projetos da UBI) irá auxiliar estes jovens empreendedores no registo da patente, assim como na sede da sua empresa, que à partida será na UBIMEDICAL.

Sr. Presidente, a Câmara Municipal de Belmonte não esteve representada. Belmonte é cada vez mais conhecido pela ausência. Diz o povo, que tanto gosta de citar, que quem não aparece esquece, e é assim que o concelho está, mergulhado na letargia e no esquecimento. Sr. Presidente, onde está a incubadora de empresas, de start-ups de Belmonte?

Queria ainda informar este órgão que apresentei no dia 4 de abril na Assembleia Intermunicipal da CIMBSE a moção a favor do aeroporto em Santarém, que foi aprovada

e já remetida ao Presidente da República e Primeiro-Ministro, que já confirmaram a receção. Sr. Presidente, desejamos que exerça a sua influência, neste que pode ser um investimento estruturante a favor da coesão do país.

*Finalmente, votos de melhoras ao Sr. José Figueiredo.
Disse.”*

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A pandemia já lá vai e continuamos com as casas de banho no parque de Santiago fechadas ao público e mais em particular aos turistas que ali pernoitam.

A minha pergunta é:

Qual o motivo para as casas de banho estarem fechadas e para quando a sua abertura ao público.

Há 2 ou 3 anos atrás e no âmbito da iniciativa “Saúde Oral para todos “o Município de Belmonte, assinou um protocolo, com a administração Regional de Saúde, do Centro, para a implementação de consultas de saúde oral, no Centro de Saúde de Belmonte.

A minha pergunta é:

Quais os motivos que levaram a câmara, a não implementar (como prometido) um consultório com dentista no Centro de Saúde de Belmonte.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Saúdo o Senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidadãos e Público que assistem a esta reunião, e muito especialmente aqueles que gostariam de estar a assistir a esta assembleia municipal através dos meios audiovisuais, e não podem porque o PS de Belmonte não quer.

Hoje venho aqui abordar 3 assuntos:

1- O Estado degradado dos sinais de transito nas estradas do concelho

A sinalização de trânsito é fundamental para a organização e segurança do tráfego, dos condutores, e dos peões.

Este assunto já aqui foi referenciado em reuniões anteriores inclusivamente por elemento do publico.

E notório em muitas das nossas vias o estado degradado, a deficiente colocação, pouca ou nenhuma visibilidade dos sinais de transito, horizontal e vertical que acusam já a idade avançada e a pouca utilidade e funcionalidade.

Sr. Presidente, está prevista para breve intervenção na substituição dos sinais de transito vertical e horizontal? Uma vez chegada a época de Verão, será que os nossos

emigrantes, os nossos visitantes, terão a oportunidade de contar com estradas seguras e bem sinalizadas?

2- Campanha Poupança de Água

Nos últimos anos o Município tem promovido a difusão nos órgãos de comunicação social, site oficial e redes sociais, de campanhas de poupança e uso eficiente da água.

Segundo pude verificar, e salvo erro, esta primavera-verão ainda não me apercebi da existência de campanhas de poupança de água, que como todos sabemos, a sua ausência e o mau uso, é um problema que não pode ser esquecido e infelizmente agravar-se-á nos próximos anos.

Sr. Presidente, o município vai ou não empreender a campanha de poupança, e uso eficiente da água?

3- Restrições ao uso de maquinaria agrícola durante os dias de perigo - muito elevado e perigo máximo de risco de incêndio.

Exercendo o Sr. Presidente funções de responsável municipal da política de proteção civil, venho alertar V Ex para os factos lastimáveis, que se verificaram no passado mês de Julho e Agosto do ano passado, quanto às ações de fiscalização da GNR no nosso distrito e no nosso concelho.

Durante os períodos de maior perigo de incêndio o despacho que estava em vigor e que serviu de suporte a diversos autos de contraordenação, era o N 8513-A 2022.

As alíneas c) e d) do número 2 do dito diploma referiam:

c) Proibição de realização de trabalhos nos espaços florestais com recurso a qualquer tipo de maquinaria, com exceção dos associados a situações de combate a incêndios rurais;

d) Proibição de realização de trabalhos nos demais espaços rurais com recurso a moto roçadoras de lâminas ou discos metálicos, corta-matos, destroçadores e máquinas com lâminas ou pá frontal

Contudo, as proibições que constavam no dito despacho, não abrangiam:

a) Os trabalhos associados à alimentação e abeberamento de animais, ao tratamento fitossanitário ou de fertilização, regas, podas, colheita e transporte de culturas agrícolas, desde que as mesmas sejam de carácter essencial e inadiável e se desenvolvam em zonas de regadio ou desprovidas de florestas, matas ou materiais inflamáveis, e das quais não decorra perigo de ignição;

Ora, o que aconteceu foi que foram mandadas suspender trabalhos realizados com tratores agrícolas em gradagens, lavragens, e corte e debulha de cereais com recurso a ceifeiras debulhadoras. Trabalhos esses de cariz inadiável, em zonas de regadio e longe de florestas.

Foi preciso recorrer à Confederação dos Agricultores Portugueses, que entrou em contacto com o Gabinete do Sr. Ministro da A.I. para que as ações, e a caça á multa parasse.

Por isso quero aqui deixar este testemunho ao Sr. Presidente, para que na próxima reunião com as autoridades policiais, solicite que haja bom senso, e recorde que a culpa dos incêndios não são das ceifeiras nem das charruas, nem das grades de discos. O diploma legal, salvaguarda estas atividades inadiáveis, e a própria restrição horária não se pode aplicar a algumas destas atividades.

Sr. Presidente, a nossa Agricultura, os nossos Agricultores precisam de ver os seus direitos salvaguardados, e que os órgãos de fiscalização não abusem da falta de conhecimento e do medo da polícia, mas sim, precisam de ações de sensibilização e de apoio por parte das autoridades.

Muito obrigado.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado José Carlos (PPD/PSD), que a questão do ambiente preocupava a todos. Relembrou que conforme o já referenciado se iria agendar uma reunião com a nova Administração, mas que a mesma ainda não tinha conseguido recebê-los. Pensando que na última semana de julho poderá ser possível a nova Administração recebê-los. Aludiu que também queriam apresentar esses assuntos e outros mais, nomeadamente as intervenções feitas no Carvalhal Formoso e no Colmeal da Torre. Todavia, eles não as queriam aceitar, sendo que não se importava, pois, o dinheiro que lhes tinha sido pago tinha sido de tal maneira elevado o metro cúbico do esgoto, que iriam conversar com eles de forma a resolverem a situação.

Relativamente à ligação da Estação de Belmonte e das Inguias, passando pelo Carvalhal Formoso, para a ETAR de Caria, referiu que não se tinha feito porque o empreiteiro se tinha recusado, pois tinha de gastar muito dinheiro e as Águas não avançaram.

Proseguiu confessando que tinha culpa, pois na altura era Presidente da empresa e tinha achado que em primeiro lugar deveria fazer nos outros Municípios para que não fosse acusado que estava a ajudar mais Belmonte em relação aos outros, tendo por isso Belmonte ficado para trás.

No que concerne à limpeza das vias, referiu que o Município tinha feito a limpeza das vias, tendo transferido verbas muito significativas para as Juntas de Freguesia, estando estas a fazer o seu trabalho.

Aludiu que o Município de Belmonte, tinha sido acusado de ter comprado um trator miserável, contudo, o mesmo estava a fazer um belíssimo trabalho. Todavia havia uma situação que não estava a ser bem feita, tendo até já recomendado às Juntas de Freguesia. Ao fazer-se o corte das ervas, não se podia deixar ficar as mesmas nas valetas,

porque se não iriam entupir tudo mais à frente, pelo que se tinha de ter a preocupação de se ir limpando o que ficava para trás.

Asseverou que estava convicto que no próximo ano o Município de Belmonte, estaria em condições para começar a mexer nas estradas/vias. Aludiu que era bom que a política da Europa se alterasse porque o Interior do País não tinha culpa que os vários Governos tivessem feito autoestradas paralelas na zona de Lisboa e do Porto, porque se calhar não se teria justificado esse tipo de intervenções. Frisou que bastava andar pelo País para ver o estado das estradas municipais e eram municipais porque o Governo tinha obrigado as Câmaras Municipais a aceitá-las, pois caso não fosse uma imposição estas não teriam sido aceites.

Proseguiu mencionando que a estrada das Ferrarias era uma vergonha, tendo até já dito à sua equipa que era uma prioridade, faltando apenas um aparelho que era um saltitão e que não tinha cabimento para o adquirir.

Relembrou que a Câmara Municipal, tinha a adjudicação do Ramal de Malpique e da rua de acesso aos Bombeiros Voluntários de Belmonte, tendo frisado que o empreiteiro ainda não tinha começado as obras, pelo que se tinha de tomar medidas no sentido de o obrigar a ir para o terreno.

Ao Munícipe Senhor Olivier Borrego Soares, referiu que o Município tinha recentemente atribuído um subsídio à Associação para a compra de uma varinha industrial.

Informou que iriam estar atentos e ver o que se passava. Referiu que devia compreender que a Câmara Municipal não poderia interferir nas Associações, ou seja, nas decisões da Direção e das Assembleias.

A Senhora Deputada, Rosa Coutinho (CDU), referiu que não tem sido feito nenhum investimento por parte do Governo no Interior, ou seja o Interior tem estado abandonado e caso queiramos cortar com a desertificação da nossa região o Governo terá de apostar na região, ou seja, terá de apostar na educação, na cultura e nos investimentos. Que deixem os Municípios fazer.

O Senhor Presidente informou que o investimento que estava previsto para a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) era de cento e oito milhões, o que dava para Belmonte cerca de quatro milhões e duzentos mil euros, sendo que ainda não era a versão final. Aludiu que o valor era pouco.

Deu conhecimento que no dia 26 de julho irá ter uma reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial.

Asseverou como é que era possível, depois de toda as desgraças que tinham existido na Serra da Estrela, os apoios financeiros demorarem tanto tempo a chegar, frisando que não era admissível que nos tenham prometido que iríamos ficar com a

classificação de calamidade, o que nos daria outras possibilidades de arranjar investimentos e que finalmente tínhamos ficado de fora.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, referiu que ele tudo o que tem prometido tem feito, por isso tem consideração e respeito pelo mesmo.

Deu ainda nota ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, que já tinha solicitado uma reunião com a Divisão Técnica, que esperava que logo que terminasse a Sessão de Assembleia Municipal falasse com o Senhor Engenheiro Simões para que fosse marcada uma data e que se pudesse teria muito gosto em estar presente.

Relativamente à cedência da escola de Malpique, informou que já se encontrava lá uma Associação.

No que dizia respeito ao Posto Médico do Monte do Bispo, referiu que se encontrava lá a Veterinária, tendo solicitado ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria e ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte que falassem com ela.

No que respeitava à conduta referiu que o Senhor Joaquim Antunes iria receber indicações e que o Município iria avançar.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), referiu que a culpa não era do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas sim sua, pois tinha sido uma semana muito difícil. Adiantou que não gostava nada que os prazos não fossem cumpridos uma vez que já se sabia há muito tempo quando era a Sessão da Assembleia Municipal, todavia o pessoal tinha falhado com os Deputados e com o Executivo Municipal, pelo que pedia desde já desculpa a todos.

Em relação à parceria UBI-CIMBSE-NERGA mencionou que, devido à semana “horrível” que tiveram, não pode estar presente bem como o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o seu Chefe de Gabinete, ainda que à última da hora pudesse ter dito a algum dos Senhores Vereadores. Pedia desculpas, mas que não tinha havido qualquer má intenção ou falta de consideração para não terem ido, pois tinham acompanhado através da CIMBSE o trabalho que estava a ser realizado.

Deu conhecimento que a sala do coworking já se encontrava a funcionar.

Relativamente à promoção do aeroporto referiu que gostava muito que fosse o mais perto possível de nós, contudo não estava muito confiante nisso, muito mais depois de ter ouvido o Senhor Ministro dizer que em Santarém estava fora de questão, todavia, estava a acompanhar esse processo o mais atentamente possível.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), informou que as casas de banho do Parque de São Tiago estavam todas partidas/escavacadas. Aludiu que lhe metia alguma impressão como é que as pessoas de Belmonte o faziam, pois não eram as

peças que vinham de fora que escavavam as casas de banho. Disse ainda que iriam colocar uma câmara e iriam arranjá-las logo que fosse possível.

No que respeita à consulta de saúde oral, referiu que o Ministério da Saúde tinha desistido.

Mencionou que o Município iria fazer as obras, tendo-lhe dito na altura, o ainda Diretor Executivo do ACES da Cova da Beira, Dr. Geraldês, se o Município de Belmonte estava disponível para dar uma casa ao Médico e que lhe tinha dito que sim.

Frisou que não houve obras porque não houve consultas de saúde oral.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), referiu que os nossos agricultores lhe mereciam todo o respeito, sendo que por vezes se viam alguns fundamentalismos por parte das Forças de Segurança e que estas também lhe mereciam todo o respeito, pelo que pedia à sua equipa de Proteção Civil que estivesse sempre atenta.

Deu nota que a equipa de Proteção Civil, tem estado e vai fazendo reuniões nomeadamente com a GNR de Belmonte.

Referiu que desconhecia se havia casos mais difíceis, mas que iriam continuar a alertar e a defender os nossos agricultores.

Relativamente à campanha de poupança da água, informou que não estava prevista nenhuma campanha, no entanto tinha resolvido criar um Setor de Água e que se iria ver como é que funcionava. Esse Setor é comandado pelo Senhor Engenheiro Simões, sendo uma equipa constituída por administrativos e técnicos.

O Setor iria funcionar no edifício ao lado da Câmara Municipal, onde tinha funcionando a Divisão Técnica da Câmara Municipal.

Adiantou que já tinha dito ao Senhor Engenheiro Simões que queria contadores em todos os jardins, cemitérios e em todos os edifícios públicos.

Para terminar, referiu que esperava que todas as pessoas tivessem a noção da importância da água.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria suspender a Sessão por cinco minutos a pedido do Senhor Presidente.

Passados esses cinco minutos retomou-se novamente a Sessão de Assembleia Municipal.

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior

Não havendo alterações à ata da Sessão anterior, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **17** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (7) e da Bancada da CDU (1) e **2** abstenções do Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Inguias, António Júlio Sousa Correia e do Senhor Deputado Hugo Miguel Fernandes Morão (PPD/PSD), por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 28 de abril de 2023.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, tinha anunciado que as obras de Centum Cellas iriam começar no final do mês de maio mas que as mesmas não tinham avançado. Que o tinham informado que tinha surgido um problema com o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.). Tendo questionado se existia algum problema e qual o ponto de situação.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e mencionou que na última página do documento existia um Protocolo de Cooperação entre o Município de Belmonte e a Riatex-Landscape, Forestry and Biomass Lda. e questionou que protocolo era esse.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), que a situação de Centum Cellas estava para andar, até porque as obras teriam de ter o seu término ainda este ano senão corriam o risco de ter de repor o dinheiro que já tinham recebido até ao momento.

Relembrou-o que já aos anos que se lutava para que aquela obra acontecesse.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), aludiu que o Protocolo de Cooperação era feito com uma empresa que defendia/ajudava o Município em caso de sinistralidade nas nossas estradas do Concelho de Belmonte e sem custos.

Para terminar, informou que esta empresa tratava de tudo com as seguradoras, quando ocorressem acidentes. Tendo a Câmara Municipal aprovado este protocolo porque achava que poderia ser bastante útil.

3.3- Apreciação e votação das Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Belmonte 2022

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 26 de junho de 2023, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“1 - CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE BELMONTE

Foram presentes à reunião de Câmara, os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2022 do Grupo Municipal, sobre os quais foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre as referidas contas.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou por unanimidade, nos termos e para os efeitos consignados pelo n.º 1 do artigo 75º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2022 do Grupo Municipal e remeter os mesmos, para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 28 de junho de 2023. -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores autarcas

Exmos. Senhores Municípes

Exm^a. Comunicação Social

Contas consolidadas

O Município de Belmonte inclui no perímetro de consolidação, duas entidades: A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte com participação a 100% e a Parkurbis Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã com a participação de 0,2%.

A Empresa Municipal gere um Ativo Líquido de 74 276,94 euros, tem um Capital Próprio negativo de 35 563,57 euros e tem ao seu serviço 16 trabalhadores. Vem acumulando nos últimos anos prejuízos, sistematicamente suportados por transferências da empresa mãe; assim não fora e os vencimentos dos funcionários da Empresa Municipal estariam com frequência em causa.

O investimento efetuado pela Empresa Mãe foi, entretanto, absorvido pelos prejuízos acumulados.

Consequentemente vem dar razão ao que há muito vimos defendendo; impõe-se a extinção de Empresa Municipal sendo os trabalhadores integrados nos quadros do Município e a administração gerida pelo executivo municipal, evitando-se assim despesas supérfluas.

A Parkurbis Tem um Ativo Líquido de 4.153.184,40 euros e um Capital Próprio de 1.953.301,24 euros e tem dois trabalhadores. O Investimento inicial do Município foi de 5000,00 euros, sendo que a atual participação se cifra em cerca de 3 906,00 euros, em consequência dos prejuízos acumulados. Tendo em conta o objeto social desta empresa, pergunto se o Município tem usufruído de vantagens da sua participação.

Sobre as contas consolidadas do Município, remetemos para o que oportunamente referimos quer relativamente às contas do Município, quer às contas da Empresa Municipal. No entanto permitimo-nos salientar alguns pontos que entendemos pertinentes e para os quais solicitamos alguns esclarecimentos.

Ativos afetados por perdas por imparidades página 75 do documento: Para uma quantia Bruta escriturada de 461195,39 euros existem perdas por Imparidades acumuladas no montante de 296 851,68 euros, significando, portanto, que cerca de 64% das dívidas de clientes são incobráveis. Será? Será o reflexo da inoperância da cobrança da fatura da água?

Na página 142 do documento, Passivos Contingentes, são elencados os processos e ações judiciais em curso, alguns com valores efetivamente relevantes. Não colocamos em causa a presunção de inocência que assiste ao município; no entanto causa-nos alguma estranheza que na página 93, o mapa apresente um montante provisionado para processos judiciais em curso no valor de 62 025,00 euros, o que se nos afigura insuficiente.

Não constando do mapa a especificação dos processos em curso, solicita-se ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia o fornecimento da relação dos processos em que o Município se encontra envolvido.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Contas Consolidadas do grupo autárquico

Para além do que já foi dito nas declarações de voto que fizemos em relação às contas da Câmara Municipal e da Empresa Municipal, e que as Contas Consolidadas confirmam, o documento suscita algumas questões, sobre as quais era importante ouvir a opinião do Sr. Presidente da Câmara:

1. Qual a intervenção, neste momento, da Câmara Municipal no Parkurbis?

Qual é a avaliação que faz dessa participação?

2. Considerando que são cada vez mais os elementos que confirmam o subfinanciamento das competências descentralizadas, sendo a educação o caso mais evidente, qual é a avaliação que faz deste processo?

3. No documento percebe-se ainda que na conta Clientes, Contribuintes e Utentes, há um acréscimo de 96,43%, passando de 131 mil em 2021, para 258 mil euros em 2022; qual é a explicação? Estas dívidas estão relacionadas com quê, sendo certo que espelham o agravamento das condições de vida (Declaramos que somos contra os cortes de água na residência de 1ª habitação, tem de haver outras formas de resolver a situação).”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“É presente à Assembleia Municipal a Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Belmonte relativa ao ano de 2022, de onde se transcreve o Relatório de Gestão: «De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 73 /2013, de 3 de setembro,

“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, definindo ainda, nos números seguintes, o perímetro, o método e os critérios de consolidação, bem como o respetivo âmbito e forma de aplicação das premissas definidas na Lei.

A consolidação das contas tem como objetivo apresentar, de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo municipal, visto como um todo, expurgando os efeitos das transações intra-grupo e eliminando os saldos recíprocos entre as várias entidades que o integram.

A informação a extrair do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidados vai muito para além da simples informação que é possível obter através da mera soma algébrica das demonstrações financeiras individuais, evidenciando assim, a realidade do grupo municipal.

O Município de Belmonte, na perspetiva de entidade-mãe, tem de consolidar as suas contas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.

O referido controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Assim, de acordo com o estipulado no n.º 4 e no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Belmonte abarca no seu perímetro de consolidação a seguinte entidade: Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM. e Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.

A informação de carácter contabilístico produzida individualmente é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas, sendo o método integral o utilizado, uma vez que o Município de Belmonte é detentor de uma percentagem de 100% da referida empresa municipal.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), o que permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao sistema contabilístico aplicados no contexto do setor empresarial local, o SNC.

Assim e dando continuidade ao nosso sentido de voto aquando da aprovação das contas do Município de Belmonte, votamos favoravelmente as contas consolidadas do grupo municipal, relativas ao exercício económico de 2022.”

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Falta o inventário dos bens, ao abrigo do artigo 25 nº2 alínea L da lei 75/2013 de 12 setembro que diz: compete à assembleia, apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas.

Eu pergunto, qual o motivo por que o inventário não veio à assembleia nem na reunião passada nem nesta reunião.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e referiu que não se recordava se a oposição tinha colocado estas questões aquando da apresentação das contas.

Aludiu que as contas consolidadas eram o conjunto das duas contas, ou seja, tanto as contas da Câmara como as contas da Empresa Municipal já tinham sido aprovadas, pelo que se escusava de se estar a colocar questões.

Asseverou que não tinha percebido a questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Gomes.

Relativamente à intervenção do Município no Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M, informou que já vinha de há muitos anos, sendo que achava que o Município estava no Parkurbis por solidariedade com a Câmara Municipal da Covilhã, todavia o Município de Belmonte só tinha uma participação de 0,2%, o que no seu entendimento não era nada.

Comunicou ainda que o Município não tinha nenhuma intervenção no Parkurbis a não ser o diálogo.

Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Técnico Oficial de Contas, Senhor Pedro Patrício, para que o mesmo possa efetuar os esclarecimentos solicitados.

O Técnico Oficial de Contas, Senhor Pedro Patrício, tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pelos Senhores(as) Deputados(as) da Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Gostaria de salientar dois fatos a este propósito. Primeiro, a decisão do executivo foi tomada sem o parecer do ROC. Segundo, a natureza do parecer que, chegou

há cerca de 16 horas atrás. Diz esse parecer, que, sou de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, aprovar o Relatório de Gestão Consolidado e as Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2022. Um parecer nunca diz o que os outros ou os órgãos devem ou não fazer, não devendo em nenhum caso pretender condicionar a decisão dos órgãos autónomos. O que o parecer pode dizer é se, quem o faz, a título individual, concorda ou não com os documentos ou com os factos em causa. Entendo, portanto, que esse parecer, no seu formato atual, não é adequado.

Este grupo parlamentar municipal é coerente com o que tem vindo a defender, nomeadamente a propósito da Empresa Municipal, que de resto pelas declarações do Sr. Presidente na rádio Caria tem também já dúvidas sobre se os visitantes a Belmonte visitam ou não os museus ou se a Empresa tem excesso de pessoas, pelo que votamos contra.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação das “Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Belmonte 2022” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **8** votos contra da Bancada do PPD/PSD, **1** abstenção da Bancada da CDU e **10** votos a favor da Bancada do PS, pelo que as “Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Belmonte 2022” foram aprovadas por **maioria** dos presentes na votação.*

3.4- Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP’S e Orçamento 2023

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

*-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----*

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 26 de junho de 2023, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“2 - 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Foi presente à reunião de Câmara, para discussão e aprovação, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Belmonte.

DELIBERAÇÃO

Após a troca de impressões a Câmara Municipal de Belmonte, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para apreciação, discussão e votação nos termos da al. a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 28 de junho de 2023. -----

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“2ª revisão ao plano e orçamento e grandes opções do plano

Consideramos que a informação deveria vir mais pormenorizada, quer da origem das receitas, quer na aplicação das despesas, ou seja, o que vai ou não deixar de se fazer, e pelos vistos, é mais aquilo que se vai deixar de fazer, não se sabe é concretamente o quê...

Assim, manifestamos a nossa preocupação, pois, verifica-se:

Redução nas funções sociais.

O que explica que o fundo solidário municipal quase desapareça, pois passa de 43 mil para 500 euros?

Redução na ação social - menos 32 mil e 500 euros.

Os poucos aumentos que se registam noutras rubricas neste sector, não compensam estas reduções.

Baixa do investimento na rede de saneamento, quando o investimento já é reduzido, com tantos problemas ainda por resolver.

Redução da verba para apoio às coletividades e nas transferências para Associações.

Redução do investimento na rede viária, menos 6 mil 900 euros, quando há tantas carências.

E antevendo-se um verão muito difícil e complicado, qual a explicação para a redução em algumas rubricas da proteção civil?

Desta forma, a CDU abstém-se.”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que gostaria apenas de solicitar um esclarecimento.

Qual a razão para dois assuntos de bastante importância, sendo um deles o Fundo Solidário Municipal, em que na Sessão de Assembleia Municipal de setembro ou de dezembro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha feito menção de que os 50.000,00€ (cinquenta mil euros) que se iria poupar na iluminação de Natal, iriam ser colocados no Fundo Solidário Municipal.

O outro assunto era o estado da Rede Viária do Concelho, pelo que a questão que colocava era a seguinte:

Porque é que o Fundo Solidário Municipal que estava com uma dotação de 42.500,00€ (quarenta e dois mil e quinhentos euros), passava somente para 500,00€ (quinhentos euros), e como já tinha sido referenciado e bem pela Senhora Deputada Rosa Coutinho, quase que desaparecia, pois estava na lista das atividades mais relevantes, pelo que na sua opinião deixava de ser relevante. Depois era a Reestruturação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho que passava de 70.000,00€ (setenta mil euros) para 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros), ou seja uma diminuição de 4.900,00€ (quatro mil e novecentos euros), assim como a Conservação e Manutenção da Rede Viária do Concelho que baixava dos 10.000,00€ (dez mil euros) para os 5.100,00€ (cinco mil e cem euros), ou seja mais uma diminuição de 4.900,00€ (quatro mil euros), ou seja se retirarmos dotação destas duas rubricas e depois aumentávamos, era como estes valores que tinha mencionado tinham sido retirados e alocados assim à primeira vista para a Feira Medieval, em que a dotação tinha sido aumentada em 48.000,00€ (quarenta e oito mil euros).

Por fim, frisou que gostaria assim que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e não o Técnico Oficial de Contas, Dr. Pedro Patrício, pois era uma questão política e não financeira que lhe respondesse o porquê de optar por essa realocação.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que tal como já tinha sido dito aquando da aprovação por parte desta Assembleia Municipal à 1ª Revisão Orçamental, estes documentos eram provisionais e estavam durante a sua execução anual sujeitos a modificações que se consubstanciam em alterações e revisões. Portanto esta revisão orçamental em apreço pretendia aproximar o documento inicial à realidade.

Relembrou que o planeamento se assume como um instrumento dinâmico, flexível e indispensável às ações a desenvolver pela autarquia, tendo em conta a evolução do contexto socioeconómico, que sustenta as GOP'S e o Orçamento Municipal. Nesse sentido e face à consolidação dos constrangimentos sentidos no vigente ano, baseado em determinados cenários económicos, políticos e organizacionais, logo não tinha nada a opor que se faça esta 2ª Revisão, uma vez que se tratava de uma gestão normal de qualquer Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU) que a mesma estava enganada quando dizia que era mais aquilo que não se iria fazer, do que aquilo que se iria fazer, sendo que essa era a sua perceção, pois não era a sua como Presidente da Câmara Municipal, uma vez que o próprio tinha a responsabilidade do Executivo e que a mesma era de fazer. Portanto se fazia a revisão orçamental, era porque tinha achado que era necessária.

Aludiu que era responsabilidade do Executivo alterar as revisões orçamentais, uma vez que era a saída de dinheiro de um lado para ir para outro. Pelo que tinham sido as opções que tinham feito, e que a iria manter até ao fim e esperava não se vir a arrepender.

Ao Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), comunicou que o Fundo Solidário Municipal, felizmente não tem sido necessário. Sendo que o mesmo julgava que iria haver situações mais complicadas do que as que tiveram.

Asseverou que era óbvio que queriam fazer um Belmonte Medieval que nos orgulhasse/honrasse e que desse prazer a quem frequente o espaço.

Deu nota que se iriam introduzir alterações. Contudo os 48.000,00€ (quarente e oito mil euros) não tinham ido todos para o Belmonte Medieval, pois só se tinha aumentado 20.000,00€ (vinte mil euros). Todavia, frisou que todos sabiam que os 48.000,00€ (quarente e oito mil euros) não chegava, pois já se tinham realizado mais feiras. Tendo questionado se pretendiam ou não ter um Belmonte Medieval condigno como tem sido.

Mencionou que a razão por que estavam a fazer a revisão orçamental, era por causa de precisarem de verbas noutras rúbricas. Esperava que para o ano, e de acordo com o que tem conversado com o Técnico Oficial de Contas, Senhor Pedro Patrício, haja condições para se fazerem algumas obras.

Proseguiu referindo que também acreditava na palavra das pessoas, designadamente do antigo Ministro das Infraestruturas, que tinha prometido que compensaria o Município pelo desgaste das nossas estradas com a circulação dos camiões no arranjo da linha da Beira Baixa e agora com o transporte de materiais para a linha da Beira Alta, sendo que essa compensação rondaria o valor de 300.000,00€ (trezentos mil euros), valor esse que ainda não tinha chegado, sendo que com esse valor já dava para se arranjam as estradas.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A proposta apresentada contempla cortes em áreas fundamentais, tal como na ação social, na educação, na saúde e na rede viária. No entanto, aprofunda a estratégia de transferência de competências pelo que, em coerência com o que assumimos na última revisão, esta bancada irá abster-se.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “2ª Revisão às GOP’S e Orçamento 2023” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 9 abstenções da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), e 10 votos a favor da Bancada do PS, pelo que a “2ª Revisão às GOP’S e Orçamento 2023” o foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

3.5- Apreciação e votação da Revisão do Plano de Saneamento Financeiro

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

*-----CERTIDÃO-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----*

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 26 de junho de 2023, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“3 - REVISÃO AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Foi presente à reunião de Câmara, para discussão e aprovação a Revisão ao Plano de Saneamento Financeiro, sobre as quais foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre o referido plano.

O Senhor Vereador Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que o ponto “Revisão ao Plano de Saneamento Financeiro”, era um ponto que lhe oferecia dúvidas. Contudo e após a explicação do Técnico Dr. Pedro Patrício, o mesmo tinha ficado esclarecido, pelo que votava favoravelmente.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou aprovar por unanimidade e no uso das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos na atual

redação, submeter à Assembleia Municipal a Revisão ao Plano de Saneamento Financeiro em anexo à presente proposta.

No uso das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 9 do artigo 58º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos na atual redação, submeter à Assembleia Municipal a proposta de suspensão do Plano de Saneamento Financeiro.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 28 de junho de 2023. -----

O Senhor Deputado Hugo Morão (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente mencionou que iria questionar sobre dois assuntos relativamente ao Saneamento Financeiro.

1º Porque é que o Relatório de Saneamento Financeiro tinha sido incluído nesta Sessão de Assembleia Municipal?

2º O Saneamento de 2022, tinha sido feito graças a uma medida do lado da receita, ou seja, uma medida em causa ou se tinha sido a antecipação das receitas da conceção relativa ao Contrato de Cedência de Infraestruturas da Alta dos Serviços de Abastecimento e Saneamento das Águas Residuais?

Pelo que questionou como é que um passivo que claramente não era nenhuma venda nem de bens nem de serviços correntes, acabava por ser usado para a justificar, à partida, o fim do Saneamento Financeiro?

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Plano de Saneamento Financeiro (suspensão)

Em relação à questão em concreto, tendo a CDU votado contra o plano de saneamento financeiro, é óbvio que consideramos positivo a suspensão e por isso votaremos favoravelmente, sendo certo e sabido que tal por si só, não significa a resolução de nenhum problema, sobretudo se as opções políticas se mantiverem, e tudo indica que sim, as quais conduziram o município para a situação de desequilíbrio e para o agravamento de um conjunto de problemas que se arrastem sem solução.

Aliás, basta olhar para a revisão das previsões de investimento em que, dos quase 5 milhões previstos em 2023, se passa para 1 milhão 210 mil euros em 2024, quando a previsão de receitas de capital nesse ano são de 962 mil euros, para perceber que a eventual margem de manobra proporcionada pela suspensão do Plano, é realmente diminuta.

Por outro lado, o que se verifica também é que os preços e tarifários públicos vão continuar a subir de forma significativa, penalizando as populações que continuam a ser confrontadas com o aumento do custo de vida.

Já em relação aos trabalhadores municipais o que se regista é que a autarquia continua sem adotar as medidas de valorização que se impõem.

Temos uma questão para o Sr. Presidente da Câmara, se possível:

No início de 2022, o prazo médio de pagamentos do Município era de 188 dias.

No final desse ano, a DGAL (Direção Geral de Autarquias Locais) indica dados não/disponíveis.

Verifica-se também que no 1º trimestre do corrente ano, Belmonte é um dos municípios que não forneceu os dados.

Assim sendo perguntamos: - À data de hoje, qual é o prazo médio de pagamentos?”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que esta suspensão do Saneamento Financeiro vinha acompanhada por dois relatórios de acompanhamento, sendo que esses relatórios apontavam que a situação do Município já se encontrava equilibrada e que já se estava em condições de suspender o Saneamento Financeiro.

Mencionou que eram relatórios de fácil interpretação. Da análise feita desses relatórios, onde eram demonstrativos o esforço e o empenho do Executivo Municipal na recuperação financeira da Autarquia no cumprimento das medidas preconizadas no Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, o Plano de Saneamento Financeiro, teve o objetivo pretendido e os pressupostos que levaram a que realmente se tivesse que recorrer a esse Saneamento Financeiro.

Para terminar, frisou que era evidente que a suspensão do Saneamento Financeiro não vinha a resolver todos os problemas da Autarquia.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, tomou a palavra e questionou a Senhora Deputada Rosa Coutinho, se já cá estava ou não nessa altura, mas que o Saneamento tinha sido para pagar a dívida da água que já estava num valor avultado, tendo o Município feito um enorme esforço.

Asseverou que julgava que os Senhores Deputados Municipais, ficassem satisfeitos com a suspensão do Saneamento Financeiro, pois o mesmo tinha levado a grandes restrições no funcionamento da Câmara Municipal.

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Técnico Oficial

de Contas, Senhor Pedro Patrício, para que o mesmo possa efetuar os esclarecimentos solicitados.

O Técnico Oficial de Contas, Senhor Pedro Patrício, tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pelos Senhores(as) Deputados(as) da Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Devo dizer-lhe Sr. Presidente que, em tese, o concelho deve ficar contente pelo facto das contas dos município deixarem de estar ao abrigo do plano de saneamento financeiro. E também compreendemos que politicamente o queira fazer. Receamos, no entanto, que essa decisão seja precipitada porque o cumprimento do limite previsto na lei é feito à custa do que parece ser uma receita extraordinária, ao mesmo tempo que a despesa revela derrapagem. Sr. Presidente, ficamos expectantes sobre o que irá fazer, fora da obrigatoriedade, das restrições impostas por um plano de saneamento. Por exemplo, prevê acompanhar os municípios vizinhos, permitindo aos munícipes recupera um pouco mais do seu IRS ou reduzir a taxa de IMI? Ao contrário do que me irá responder, que são necessárias receitas, essas medidas acrescentam atratividade ao concelho e captação de mais pessoas para aqui residirem. Gostaríamos que tivesse em consideração estas sugestões, e com esta bancada irá abster-se.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Revisão do Plano de Saneamento Financeiro” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “Revisão do Plano de Saneamento Financeiro” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.*

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que iria passar ao 2º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes pelo que passou a palavra aos Múncipes interessados.

Verificaram-se duas inscrições.

O Múncipe Senhor Daniel Mendes, residente em Malpique e em representação do Centro Cultural e Recreativo de Malpique, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que a sua intervenção vinha no seguimento da intervenção efetuada pelo Múncipe Senhor Olivier Borrego Soares.

Deu nota que o Centro Cultural e Recreativo de Malpique, fazia este ano trinta e seis anos como Coletividade e que sempre tinha honrado os seus compromissos. O seu lema era fazer o melhor aos seus associados e a todos os que visitavam.

Aludiu que este assunto já tinha sido abordado na Assembleia da Freguesia de Caria, sendo que também tinha sido agendada uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caria para a próxima semana a fim de se argumentar os factos.

Deu conhecimento que tinham participado o assunto à Confederação das Coletividades, tendo a mesma dado um parecer em que se estava dentro da lei/legalidade, contudo a única Instituição a que se poderá recorrer era ao Tribunal.

Mencionou que o Senhor Olivier Borrego Soares, já por diversas vezes tinha dito que iria recorrer ao Tribunal, pelo que aconselhava o mesmo a recorrer.

Agradeceu à Junta de Freguesia de Caria por fornecer ou que iria fornecer três caixas de sardinhas para as festas em honra de São Pedro. Ao Executivo da Câmara Municipal que iria ceder a varinha mágica industrial. À Junta de Freguesia que no evento anterior tinha cedido as cadeiras.

Aludiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, esteve sempre ao dispor.

Deu conhecimento que o Centro Cultural e Recreativo de Malpique, iria fazer obras, sendo que as mesmas requeriam muito trabalho a nível pessoal e técnico, pelo que ainda não tinham sido apresentadas porque os Membros da Direção ainda não tinham chegado a um consenso.

Seguidamente questionou se estiveram estes anos todos ilegais?

Por fim, convidou os presentes para a sardinhada do Centro Cultural e Recreativo de Malpique, no dia 30 de junho de 2023.

Múncipe Senhor Olivier Borrego Soares, tomou a palavra e referiu que tinha feito chegar a informação à Junta de Freguesia de Caria, sendo que a mesma tinha sido

analisada e tinha sido pública na última Assembleia de Freguesia, tendo a própria Junta de Freguesia pedido um parecer a um advogado, da qual a resposta tinha sido clara.

Aludiu que a situação da Associação estava irregular desde o dia 22 de janeiro.

Asseverou que já tinha feito vários pedidos de comunicação à Direção e à Assembleia da Associação e que a resposta tinha sido zero e o dizerem que o próprio tinha dito publicamente que ia para tribunal, era mentira.

Mencionou que quis resolver a situação internamente, mas que a resposta do outro lado tinha sido zero.

Para terminar, deu nota que a partir do momento que o Executivo da Câmara Municipal tem conhecimento desta situação o mesmo teria de a analisar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, tomou a palavra e informou o Munícipe Senhor Olivier Borrego Soares, que iriam analisar a situação.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 12:20 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário